



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO
QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA SEDE DO TRF DA 5ª REGIÃO**

CADERNO DE PROVA

Dia: 02 de dezembro de 2012

Prova: DIREITO

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e, em nenhuma hipótese, ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. Conforme item 7.12 do Edital:
É facultada ao candidato, após o decurso de 03h (três horas) da aplicação das provas, a transcrição de suas respostas, registradas no documento oficial (Folha de Respostas), para um formulário específico, denominado Folha de Cópia de Respostas, a ser entregue pela equipe de fiscalização.

sustente[®]
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME: _____	SALA: _____
INSCRIÇÃO: _____	IDENTIDADE: _____
	ORGÃO/UF: _____

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA/TÍTULO DA REDAÇÃO:

Educação e trabalho: fatores para a sustentabilidade social, por quê?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

16. _____

17. _____

18. _____

19. _____

20. _____

21. _____

22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

Redigir:

- Uma dissertação argumentativa;
- Em prosa;
- Ser fiel à temática;
- Obedecer às leis vigentes de ortografia;
- Ter coesão e coerência ao expor as ideias;
- Atender ao limite de linhas (25 a 30 linhas)

PROVA DE DIREITO

PROCESSO CIVIL

Questão 01

É a Jurisdição uma das funções essenciais do Estado. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Em regra, a iniciativa da propositura do processo se dá por impulso oficial.
- b) A jurisdição é exercida pelos órgãos do Poder Judiciário em todo o território nacional, excepcionadas as áreas de domínio de Estados estrangeiros, tais como embaixadas, consulados e bases militares.
- c) A jurisdição é técnica de solução de conflitos heterocompositiva, onde o magistrado deve possuir a condição de imparcialidade, não sendo exigida neutralidade.
- d) Embora seja função estatal, a jurisdição não deve ser compreendida como manifestação do Poder, devido ao princípio da inércia.
- e) A atividade jurisdicional cuida de situações abstratas.

Questão 02

Acerca do conceito de ação, indique a alternativa correta.

- a) Atualmente, a ação pode ser definida como o próprio direito material violado.
- b) Para os abstrativistas, o direito de ação só tem existência se o autor detiver o direito material.
- c) Apesar de sua relevância, o direito de ação não veio a ser contemplado constitucionalmente.
- d) Para os concretistas, o direito de ação independe do resultado da existência do direito material.
- e) O direito de ação, enquanto situação jurídica, não se confunde com a ação, posto que este é ato jurídico.

Questão 03

As condições da ação representam o esforço teórico para justificar a existência do direito de ação. Indique a opção correta.

- a) No que é pertinente ao direito de ação, o Código de Processo Civil pátrio adotou a concepção eclética.

- b) As condições da ação são construtos meramente doutrinários não encontrando menção na legislação processual.
- c) Dentro da sistemática processual, não se admite o preenchimento superveniente de nenhuma condição da ação faltante, quando da propositura da demanda.
- d) A carência da ação leva ao reconhecimento da improcedência do pedido.
- e) A recepção da teoria da asserção impede o reconhecimento das condições da ação após a defesa do réu.

Questão 04

Analise as assertivas abaixo e aponte a alternativa correta.

- a) A capacidade de ser parte, o interesse processual e a possibilidade jurídica do pedido são requisitos a serem analisados como condições da ação.
- b) É possível se referir à legitimidade ad causam como a pertinência subjetiva da ação.
- c) A legitimidade ad causam deve ser aferida apenas em relação ao autor.
- d) O legitimado extraordinário atua no processo na qualidade de representante dos interesses alheios.
- e) A substituição processual também é denominada sucessão processual.

Questão 05

A taxonomia das ações, além do caráter didático, apresenta relevância do ponto de vista prático. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) Quando à natureza da relação jurídica substancial deduzida em juízo, as ações podem ser de conhecimento, cautelar e executiva.
- b) As ações meramente declaratórias visam certificar e efetivar direitos potestativos.
- c) É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.
- d) As ações mandamentais são exemplos de ações predominantemente constitutivas.
- e) Conforme o provimento jurisdicional requerido, as ações podem ser reais e pessoais.

Questão 06

Julgue os itens seguintes acerca do processo e dos pressupostos processuais.

- a) O exame dos pressupostos processuais pode ser feito, pelo juízo de primeiro grau, a qualquer tempo, até a prolação da sentença de mérito, sendo caracterizada a supressão de instância quando o exame vem a ser realizado em segundo grau.
- b) O interesse de agir é um dos pressupostos processuais.
- c) Como corolário do princípio do devido processo legal, a doutrina faz menção aos chamados pressupostos processuais intrínsecos, os quais se relacionam às formas processuais e procedimentais pré-estabelecidas.
- d) A litispendência, a coisa julgada, a perempção são exemplos do que a doutrina denomina de pressupostos processuais intrínsecos.
- e) Não é possível reconhecer a falta de um pressuposto de existência de um determinado ato processual, quando a relação processual é existente.

Questão 07

A ausência de capacidade postulatória do réu ou de seu representante implica na:

- a) Ausência de um pressuposto processual de existência.
- b) Ausência de uma condição da ação.
- c) Extinção do processo sem julgamento do mérito.
- d) Extinção do processo com julgamento do mérito.
- e) Inexistência dos atos praticados em seu nome.

Questão 08

A ação em que se demanda dívida oriunda de jogo não disciplinado legalmente será:

- a) Extinta sem apreciação do mérito, por ausência de pressuposto processual de validade.
- b) Extinta sem apreciação do mérito, por ausência de condição da ação.
- c) Extinta sem apreciação do mérito, por ausência de pressuposto processual de existência.
- d) Extinta com apreciação do mérito.
- e) Improcedente.

Questão 09

Indique o juízo originariamente competente para solucionar o conflito de competência verificado entre juiz federal e juiz estadual, investido de jurisdição federal.

- a) É competente o Superior Tribunal de Justiça.
- b) É competente o Tribunal de Justiça local.
- c) É competente o Supremo Tribunal Federal.
- d) É competente o Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- e) É competente o órgão especial do Tribunal de Justiça local.

Questão 10

De acordo com a disciplina do Código de Processo Civil brasileiro acerca dos atos processuais, é correto afirmar:

- a) Apenas nos atos atribuídos aos juízes e serventuários da justiça é obrigatório o uso do vernáculo.
- b) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz apenas quando necessário.
- c) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, no período das seis às vinte horas, sendo possível a sua conclusão depois desse horário, apenas quando, iniciados antes, o adiamento venha a prejudicar a diligência.
- d) É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir os prazos peremptórios.
- e) Não havendo preceito legal nem assinação de prazo pelo juiz, será de 10 (dez) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Questão 11

No que é pertinente aos recursos, assinale a assertiva correta:

- a) Ao contrário do recurso extraordinário, o recurso especial não impede a execução da sentença.
- b) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para o recurso extraordinário ou especial, relativamente ao julgamento unânime, não será sobrestado.

- c) O recurso adesivo será conhecido, ainda que o recurso principal seja julgado deserto.
- d) O recorrente somente poderá desistir do recurso com a anuência dos litisconsortes.
- e) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será o prazo restituído em proveito da parte, herdeiro ou do sucessor.

Questão 12

Analise as afirmações e indique a correta.

- a) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei.
- b) É admissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração sem posterior ratificação.
- c) O juiz receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- d) Não cabe agravo regimental contra decisão do relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança.
- e) O agravo retido é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 13

Dispõe a Constituição pátria que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Acerca dos princípios fundamentais, é correto afirmar:

- a) São fundamentos da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.
- b) São objetivos fundamentais da República o pluralismo político e a promoção do bem de todos.
- c) São fundamentos da República a dignidade da pessoa humana e a erradicação da pobreza e da marginalização.
- d) São fundamentos da República os valores sociais do trabalho e a cidadania.

- e) São objetivos fundamentais da República a soberania e a livre iniciativa.

Questão 14

No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, mediante a aprovação da população diretamente interessada, através do Congresso Nacional, por lei complementar, e de referendo.
- b) São bens da União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre direito processual.
- d) O desmembramento de Municípios será feito por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual.
- e) Os Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes terá no máximo 17 vereadores, compondo a Câmara Municipal.

Questão 15

Em relação à disciplina constitucional dos Municípios, é correto afirmar que:

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 20 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) A inviolabilidade constitucional dos Vereadores limita-se à extensão territorial do Estado onde está situado o Município.
- c) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- d) Compete ao Município legislar sobre direito financeiro.
- e) É possível a criação de Tribunais de Contas Municipais, para auxiliar o Legislativo local na fiscalização das contas do Município.

Questão 16

Analise as opções abaixo e aponte a alternativa correta.

- a) Mediante consulta à população diretamente afetada, é possível a divisão do Distrito Federal em Municípios.
- b) O Território Federal é dotado de autonomia política.
- c) Atualmente, apenas existe um Território Federal, o Território de Fernando de Noronha.
- d) O Território Federal não poderá ser dividido em Municípios.
- e) Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância.

Questão 17

Considerando a disciplina constitucional sobre a Administração Pública, aponte a opção correta.

- a) Os estrangeiros não poderão ter acesso aos cargos e empregos públicos, mas poderão ter acesso às funções públicas, desde que observados os critérios legais.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e fiscalização.
- d) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos por lei complementar.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Questão 18

Embora no Estado moderno a unificação do Poder tenha sido a sua principal característica, ainda se utiliza a expressão Poderes para designar as funções exercidas pelos principais órgãos do Estado, dentre eles o Poder Judiciário. Acerca deste, indique a alternativa correta.

- a) Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o estatuto da magistratura.
- b) São órgãos do Poder judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

- c) O Superior Tribunal de Justiça tem jurisdição em Brasília, capital federal.
- d) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios à conta dos respectivos créditos, com a designação dos casos e de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- e) O Supremo Tribunal federal é composto de doze Ministros.

Questão 19

É da competência do Superior Tribunal de Justiça julgar:

- a) Originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro e o Distrito Federal.
- b) Originariamente, as causas entre a União e os Estados.
- c) Originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- d) Em grau de recurso ordinário, o crime político.
- e) Em grau de recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional.

Questão 20

Analise as assertivas acerca do sistema tributário nacional e indique a alternativa correta.

- a) As taxas poderão ter base de cálculo própria dos impostos, desde que se diferenciem na alíquota.
- b) Caberá à lei ordinária federal, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- c) É permitido à União cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- d) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- e) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

DIREITO CIVIL

Questão 21

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Com base no estudo da personalidade, identifique a afirmação correta.

- a) A personalidade civil das pessoas começa com o nascimento, por isso não são resguardados os direitos desde a concepção.
- b) Não é possível a decretação de morte presumida sem a decretação prévia de ausência.
- c) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á que o mais velho faleceu primeiro.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros, ressalvado direito de regresso contra os causadores do dano, independentemente de culpa por parte destes.
- e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

Questão 22

No que concerne às regras relativas à capacidade das pessoas, é correto afirmar que:

- a) Os ébrios habituais são absolutamente incapazes.
- b) As pessoas que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são relativamente incapazes.
- c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são absolutamente incapazes.
- d) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior.
- e) A capacidade dos índios é regulada por portaria da FUNAI.

Questão 23

São considerados imóveis para os efeitos legais:

- a) O direito à sucessão aberta.
- b) As energias de valor econômico.
- c) Os direitos pessoais de caráter patrimonial.
- d) Os materiais empregados destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

- e) Os materiais definitivamente separados de um prédio.

Questão 24

Sobre os bens é correto afirmar:

- a) São infungíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- c) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- e) Os bens públicos dominicais são inalienáveis.

Questão 25

Dentre as alternativas abaixo, indique a correta:

- a) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciadas do que ao sentido literal da linguagem.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- c) Em regra, a validade da declaração de vontade depende de forma especial.
- d) Os negócios jurídicos benéficos interpretam-se extensivamente.
- e) Para a validade do negócio jurídico basta que o objeto seja lícito, possível, determinado ou determinável.

Questão 26

Em atenção às normas que regem os negócios jurídicos inculpidas no Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- a) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, independentemente do conhecimento desse conflito por parte de quem com ele tratou.

- b) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- c) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- d) O erro substancial não se verifica quando concerne à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, mesmo que tenha influído nesta de forma relevante.
- e) O simples temor reverencial pode caracterizar a coação suficiente para viciar a declaração de vontade.

Questão 27

A pretensão dos credores não pagos contra os acionistas prescreve em:

- a) 1 (um) ano.
- b) 2 (dois) anos.
- c) 3 (três) anos.
- d) 4 (quatro) anos.
- e) 5 (cinco) anos.

DIREITO PENAL

Questão 28

A aplicação da lei penal se dá conforme as normas de direito interno e os tratados internacionais. Sobre o tema, afigura-se correta a alternativa:

- a) O princípio da territorialidade foi recepcionado de forma absoluta pela nossa legislação penal.
- b) Por incidência do princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos a bordo de embarcações brasileiras de propriedade privada que se achem em alto-mar.
- c) O crime contra a fé pública da União, quando praticado em território de outro Estado, é punido segundo as leis brasileiras por incidência da extraterritorialidade incondicionada.
- d) A sentença estrangeira jamais poderá ser homologada para a imposição de sanção penal.
- e) Não se sujeitam às leis brasileiras, os crimes praticados em aeronaves brasileiras, de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

Questão 29

Analise as alternativas e informe a correta.

- a) No conceito finalista de crime, não são admissíveis a existência de causas supralegais de exclusão de ilicitude.
- b) Os crimes preterdolosos admitem a forma tentada.
- c) O crime culposo é, em regra, um tipo penal aberto.
- d) A coação moral irresistível exclui a antijuridicidade da conduta do agente.
- e) O dolo híbrido ou normativo é composto por dois elementos: a consciência da ação, do resultado e do nexos de causalidade; e a vontade em praticar a ação.

Questão 30

Acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral, indique a opção correta.

- a) A forma de peculato (artigo 312 do Código Penal) conhecida como peculato malversação é uma forma de peculato próprio em que o bem subtraído pertence à própria Administração Pública.
- b) No caso de peculato culposo (artigo 312, § 2º, do Código Penal), a reparação do dano antes da sentença irrecorrível reduz em ½ (metade) a pena imposta.
- c) O crime de corrupção passiva (artigo 317 do Código Penal) admite o exaurimento que, no caso, funciona como causa de aumento de pena.
- d) A corrupção subsequente caracteriza o crime de corrupção passiva.
- e) No peculato mediante erro de outrem (artigo 313 do Código Penal), o agente induz a vítima em erro.

Questão 31

Sobre os crimes praticados por particular contra a Administração Pública em geral, indique a opção correta.

- a) A denominada resistência passiva (exemplo: amarrar-se a um poste para evitar a prisão) caracteriza o crime de resistência (artigo 329 do Código Penal).
- b) O Crime de desacato (artigo 331 do Código Penal) é um delito pluriofensivo.
- c) A corrupção subsequente caracteriza o crime de corrupção ativa (artigo 33 do Código Penal).

- d) No crime de resistência, a ameaça precisa ser séria e grave.
- e) O crime de corrupção ativa é um crime material.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 32

Segundo Rubens Gomes de Sousa, “Direito Tributário é o ramo do Direito Público que rege as relações jurídicas entre o Estado e os particulares, decorrentes da atividade financeira do Estado, no que se refere à obtenção de receitas que correspondem ao conceito de tributo”. Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) O Direito Tributário é classificado como ramo do direito público pela presença do Estado com seu “poder de império” na relação jurídica.
- b) O Sistema Tributário Nacional encontra seu fundamento de validade no Código Tributário Nacional, que dispõe sobre os Princípios Gerais, as Limitações ao Poder de Tributar, as Competências Tributárias e as Repartições das Receitas Tributárias.
- c) O Direito Tributário é o conjunto de normas que se ocupa da relação existente entre o fisco e as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas às imposições tributárias de qualquer espécie.
- d) No Direito Tributário, ocorre a imposição estatal decorrente de normas de coerção. Tais normas são classificadas como cogentes, ou seja, são obrigatórias, impositivas e sua aplicação não depende da vontade do destinatário.
- e) As regras de natureza tributária limitam o poder de tributar do fisco e protegem o cidadão contra os abusos do “poder de império” estatal.

Questão 33

A doutrina classifica os tributos sob vários enfoques. Indique abaixo a alternativa que comporta um erro nessa classificação:

- a) Um tributo é dito fiscal quando a sua finalidade principal é cobrir as despesas públicas pela arrecadação (Ex: impostos como IR e ICMS). Um tributo é classificado como parafiscal quando a sua principal finalidade não é arrecadatória e sim econômica ou social (Ex: os impostos de importação e exportação – IE).

- b) Diz-se vinculado o tributo cujo fato gerador relaciona-se a uma contraprestação estatal (Ex: taxas e contribuição de melhoria). Diz-se não vinculado o tributo cujo fato gerador não está vinculado a nenhuma prestação estatal específica (Ex: imposto).
- c) Existe a classificação do tributo em in natura e in labore. Ambos não fazem referência ao pagamento em pecúnia e sim em bens e em serviços, respectivamente. Nenhum deles foi previsto no ordenamento brasileiro.
- d) Tributo direto é aquele em que a figura do contribuinte de direito coincide com a figura do contribuinte de fato. Chama-se tributo indireto àquele em que é o contribuinte de direito quem faz o recolhimento dos valores aos cofres públicos, contudo, o ônus econômico é transferido para outra pessoa, chamado contribuinte de fato.
- e) Diz-se que o tributo é real quando é graduado apenas em função do aspecto econômico da operação (no latim, res significa coisa), sem considerar as condições pessoais de cada contribuinte. Já os tributos ditos pessoais são aqueles em que a condição de cada contribuinte é considerada para efeito de graduação do pagamento.

Questão 34

Muitos dos princípios do direito tributário resguardados no texto da Constituição Federal constituem limitações ao poder de tributar. Em qual das alternativas abaixo se pode ver definido o Princípio da Capacidade Contributiva?

- a) É o princípio que, embora comporte exceções, veda à norma tributária alcançar fatos geradores posteriores à sua edição. Tem como objetivo proteger a relação jurídica, observada no exato momento da ocorrência do fato gerador.
- b) É o princípio que deriva da segurança jurídica. Sua observância impõe à lei tributária, uma definição taxativa das situações necessárias e suficientes para o nascimento da obrigação tributária.
- c) No dizer da Constituição, refere-se à capacidade econômica. Significa que cada um deve contribuir na proporção de suas rendas e haveres, independentemente de sua eventual disponibilidade financeira. São subprincípios seus

a proporcionalidade, a progressividade, a seletividade e a personalização.

- d) É o princípio que enaltece a justiça tributária uma vez que visa impedir que sujeitos passivos, em situações semelhantes, tenham tratamento tributário desigual perante a lei.
- e) É dirigido especificamente à União, proibindo a instituição de tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro.

Questão 35

Sobre a Competência Tributária e seu exercício, não podemos afirmar que:

- a) A Constituição Federal não cria nenhum tributo e sim, estabelece a competência, a regra matriz de cada tributo. São os entes federados, através de suas leis, que criam os tributos. Pode-se concluir, então, que não é a Constituição quem obriga o pagamento de um tributo, e sim a lei.
- b) Segundo o CTN (Código Tributário Nacional), a atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e no próprio código.
- c) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público, pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- d) A competência tributária é indelegável, salvo algumas atribuições definidas pelo CTN (Código Tributário Nacional). Um dos exemplos que constitui a delegação dessa competência é cominar a pessoas de direito privado, o encargo ou função de arrecadar tributos.
- e) O não exercício da competência tributária não defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela que a Constituição a tenha atribuído.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

A Administração Pública realiza sua função administrativa através dos atos administrativos. Tais atos têm por finalidade criar, modificar, declarar,

resguardar, transferir ou extinguir direitos. Sobre o tema, e seguindo a classificação mais usual (Lei 4717/65), indique abaixo a alternativa em que estão indicados os requisitos de existência e validade do ato administrativo:

- a) Sujeito, objeto, forma, motivo e finalidade.
- b) Autoexecutoriedade, imperatividade, presunção de legitimidade e exigibilidade.
- c) Publicidade, Impessoalidade e Interesse Público.
- d) Legalidade, Exigibilidade, Impessoalidade e Interesse Público.
- e) Sujeito, objeto, forma, interesse público e legalidade.

Questão 37

Assinale abaixo a correspondência inverídica em relação à formação e efeito do ato administrativo:

- a) Atos nulos são aqueles que contêm vícios mais graves, não admitindo correção.
- b) Atos válidos são aqueles que preenchem todos os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico e com ele está em perfeita consonância.
- c) Atos inexistentes são aqueles que, embora aparentemente tenham a manifestação de vontade da administração, são contrários ao direito.
- d) Atos anuláveis são aqueles que, possuidores de vício insanável, não podem ser corrigidos, convalidados.
- e) Atos Irregulares são aqueles que possuem vícios de uniformização simples, os quais são irrelevantes.

Questão 38

O controle é inerente a qualquer forma de organização. O ato de administrar compreende as ações de planejar, dirigir e organizar. A ação da administração Pública é constantemente controlada, confrontando-se o desempenho observado com os padrões anteriormente definidos em lei. Sobre o controle dos atos administrativos, assinale a resposta incorreta:

- a) No controle de legalidade, a análise do ato restringe-se ao fiel cumprimento da lei e dos princípios constitucionais, ou seja, fidelidade ao ordenamento jurídico pátrio como um todo.

- b) O controle de mérito de um ato administrativo refere-se à sua conveniência e oportunidade. Desrespeitados os limites da discricionariedade, tem-se o ato como ilegal. Somente a Administração pode realizá-lo, estendendo-se tal controle também ao Poder Judiciário somente quando violada a razoabilidade.
- c) É plenamente possível a revisão, pelo Judiciário, de todos os atos administrativos no que tange à legalidade em sentido amplo. Contudo, o controle relacionado à conveniência e oportunidade, não, salvo se extrapolar os limites da razoabilidade e a legalidade.
- d) O controle financeiro da Administração poderá ser executado internamente pela própria administração (controle interno) ou externamente, que ficará a cargo do Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas que poderá condenar os responsáveis e aplicar sanções.
- e) A Administração Pública não poderá anular ou revogar seus atos ilegais. Caberá ao Judiciário, ao caracterizar o ato como inconveniente ou inoportuno, a competência para determinar a sua anulação.

Questão 39

Semelhantemente ao particular, a Administração Pública celebra contratos. O objetivo desses contratos visa à consecução de fins públicos. Sobre o tema, assinale a resposta incorreta relacionada às características dos contratos administrativos:

- a) A presença da Administração Pública como Poder Público é uma prerrogativa que garante a posição de supremacia sobre o particular contratado. Nessa relação de superioridade da Administração, em nome da supremacia do interesse público sobre o privado, justifica-se a exigência das cláusulas exorbitantes.
- b) O contrato administrativo visa ao interesse público, ainda que somente consiga contemplá-lo indiretamente. A União legisla sobre as normas gerais, relacionadas aos princípios e regras cuja uniformidade deve ser observada por todos. Contudo, Estados e Municípios poderão legislar sobre normas específicas no campo dos contratos administrativos, em virtude das suas peculiaridades administrativas.
- c) Os contratos administrativos exigem a forma escrita. Trata-se de um formalismo seguido de uma série de trâmites burocráticos, os quais, se

não observados pela Administração, poderão tornar o contrato nulo.

- d) As cláusulas do contrato administrativo, embora previamente fixadas, podem ser acordadas pelo particular e pela Administração Pública, desde que presentes as imposições legais, os regulamentos e o princípio da indisponibilidade do interesse público.
- e) Os contratos administrativos têm a característica "intuito personae", ou seja, não são celebrados com qualquer pessoa e sim com aqueles que demonstrem as qualidades e especificidades dentro dos critérios exigidos pela administração, permitindo assim que seja selecionada a proposta que se lhe apresente mais vantajosa.

Questão 40

Todas as vezes em que o Estado atua, o faz porque deve atender às necessidades da coletividade. Sendo o titular dos serviços públicos, o Estado deve prestá-los da melhor forma possível. A desconcentração é uma das formas de atuação do Estado no cumprimento de sua função. Assinale a resposta correta:

- a) A desconcentração é procedimento eminentemente externo, significando a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de acelerar a prestação do serviço.
- b) Na desconcentração, as atribuições administrativas são outorgadas a alguns órgãos que compõem a hierarquia, contudo, a relação não é de subordinação nem de cooperação entre eles. O intuito é repassar funções e formalizar o serviço público.
- c) O sistema da concentração e o da desconcentração diz respeito às relações entre o Estado e as demais pessoas coletivas públicas.
- d) A desconcentração de competências, também chamada de administração desconcentrada, diz respeito ao sistema que tem no superior hierárquico mais elevado, o único órgão competente para a tomada de decisões. A concentração de competências ou administração concentrada, ao contrário, refere-se ao sistema no qual o poder de decidir se reparte entre o superior hierárquico e um ou vários órgãos subalternos.
- e) Uma das características da desconcentração é ocorrer no âmbito da mesma pessoa jurídica. É verificada quando, internamente, a entidade

pública distribui serviço e competências entre seus próprios departamentos ou órgãos subalternos. Pode ocorrer tanto na administração pública direta, como na indireta.